UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CA.

Secretaria

ATA Nº 5/2023

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob Presidência do Magnífico Senhor Reitor Professor Miguel Sanches Neto, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração - CA, com a presença do Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto, Adriana Timoteo dos Santos, Adriano Gonçalves Viana, Ana Cláudia Barana (suplente), Andrea Tedesco, Eliane de Fátima Rauski, Emerson Martins Hilgemberg, Eugênio Mauricio da Silva Neto, Giovani Marino Favero, Gilmar Batista Mazurek (suplente), Gonçalo Cassins Moreira do Carmo (suplente), Ione da Silva Jovino, Jesiane Stefania da Silva Batista, Jozia Ribeiro do Nascimento, Júlio Cesar Miné, Luis Henrique Mendonça do Prado, Lislei Teresinha Preuss (suplente), Marcelo Alves da Silva (suplente), Margarete Aparecida dos Santos (suplente), Maria Salete Marcon Gomez Vaz, Miguel Archanjo de Freitas Junior, Rosângela Maria Silva Petuba (suplente), Sandra Maria Scheffer, Siderlei Nascimento e Silvana Oliveira; justificou ausência a Conselheira Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga; contando ainda com a presença dos servidores Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli, Elias Pereira, Luciane Pereira da Silva Navarro, Luiz Gustavo Barros e Marcos Vinicius Fidelis para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Tempo reservado de 15 minutos para apresentação da Seção Sindical dos Docentes da UEPG pertinente à pauta de greve docente; **2** - Tempo reservado de 15 minutos para exposição de

representantes dos Colégios Particulares e Públicos de Ponta Grossa sobre a data do PSS 2023; **3** - Posse da Representação Docente junto ao Conselho de Administração; **4** - Ciência e aprovação da Ata sob número 03/2023 referente à reunião realizada no dia 10.04.2023; **5** - Processo nº **22.000027662-3**. Interessada: Ana Luiza Ruschel Nunes. Assunto: Ciência do Relatório de Atividades desenvolvidas durante Licença Sabática, no período de junho a dezembro de 2022. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira; **6** - Processo nº **22.000033305-8**. Interessada: Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH. Assunto: Homologação da Portaria R. nº 2023.380 que homologou *ad referendum* o Resultado Final Geral do Processo Seletivo Simplificado - HURCG, para as funções de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem. Relatora: Conselheira Eliane de Fátima Rauski; **7** - Processo nº **23.000024722-1**. Interessado: Comando Militar do Sul. Assunto: Aprovação da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a União, representada pelo Comando do Exército, por intermédio do Comando Militar do Sul e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a colaboração mútua na pesquisa tecnológica, a inovação e a capacitação de recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento, permitindo uma maior integração entre as instituições, em razão das demandas e possibilidades das Organizações Militares e da Universidade; sob a Gestão e Fiscalização dos professores Marcio Ferreira Hupalo e Osvaldo Mitsuyuki Cintho. Relator: Conselheiro Adilson Luiz Chinelatto; **8** - Processo nº **22.000025048-9**. Interessada: Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI. Assunto: Pedido de Patente quanto ao interesse institucional na proteção dos direitos da propriedade intelectual e respectiva participação relativa na titularidade do invento "Processo de construção de um biossensor eletroquímico para detecção de bactéria promotora de crescimento vegetal". Relator: Conselheiro Adriano Gonçalves Viana; **9** - Processo nº **23.000028742-8**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI. Assunto:

Aprovação da assinatura do Convênio de Cooperação a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Instituto Politécnico de Bragança - Portugal, visando estimular a investigação conjunta de interesse comum, a mobilidade acadêmica de graduação e de pós-graduação; sob coordenação do Escritório de Relações Internacionais. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **10** - Processo nº **22.000074080-0**. Interessado: Departamento de Odontologia. Assunto: Solicita alteração dos valores da Tabela de Preços de Próteses e Dispositivos Ortodônticos da Clínica Integrada, da UEPG. Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **11** - Processo nº **23.000012678-5**. Interessada: Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI. Assunto: Pedido de Patente quanto ao interesse institucional na proteção dos direitos da propriedade intelectual e respectiva participação relativa na titularidade do invento "Formulação contendo fosfolipídio e aminoácidos precursores de moléculas anti-inflamatórias". Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **12** - Processo nº **23.000018470-0**. Interessado: Flamarion de Barros Cordeiro. Assunto: Solicita alteração do regime de trabalho de 20 para 40 horas semanais, a partir de 01 de maio de 2023. Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **13** - Processo nº **23.000012243-7**. Interessada: Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD. Assunto: Minuta de Resolução para normatizar a isenção total da taxa de inscrição do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado Etapa 3, para os Cursos de Licenciatura, independente da política de cotas. Relator: Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior; **14** - Processo nº **23.000030457-8**. Interessada: Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS. Assunto: Aprovação das datas do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado para o ano de 2023, relativo a entrada 2024.; Relator: Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior; **15** - Processo nº **23.000030458-6**. Interessada: Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS. Assunto:

Aprovação das datas do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado para o ano de 2024, relativo a entrada 2025. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **16** - Processo nº **22.000054082-7**. Interessado: Departamento de Estudos da Linguagem. Assunto: Aprovação da parte administrativo-financeira do Projeto do Curso de Especialização em Língua e Ensino: Interculturalidade, na modalidade a Distância. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira; **17** - Processo nº **23.000022237-7**. Interessado: Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância - NUTEAD. Assunto: Aprovação da parte administrativo-financeira do Projeto do Curso de Especialização em Gestão de Ambientes de Aprendizagem, na modalidade a Distância. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira. Constatada a existência de quórum, a Presidência da mesa cumprimentando a todos os presentes deu início a reunião, solicitando à Secretária os procedimentos de leitura do Termo de Posse e Exercício dos Representantes do Corpo Docente junto ao Conselho de Administração e Conselho Universitário, os professores Eugênio Mauricio da Silva Neto e Lislei Teresinha Preuss, respectivamente, na qualidade de titular e suplente. Deu as boas-vindas aos empossados e seguidamente cumprimentando o representante da Seção Sindical dos Docentes da UEPG - SINDUEPG, professor Volney Campos dos Santos convidou-o para apresentação referente a pauta da greve dos docentes. Iniciando sua fala, o professor Volney Campos dos Santos, Presidente da SINDUEPG, agradeceu em nome da Seção Sindical a oportunidade para manifestação e discorreu lembrando que a greve da qual os docentes das universidades estaduais estariam participando, tinha como objeto a corrosão inflacionária que atinge os vencimentos dos servidores das universidades, com perdas inflacionárias acumuladas em quarenta e dois por cento (42%), destacando que seriam praticamente sete anos sem reposição inflacionária; rememorou o ocorrido em vinte e nove de abril de dois mil e quinze, apontando que naquela ocasião para cessar a greve em curso, o governo fez acordo

com os servidores do poder executivo em greve à época, encaminhando e aprovando lei que garantia a reposição inflacionária integral para os anos de dois mil e quinze a dois mil e dezessete, porém o governo descumpriu a própria lei que estabelecia a data base e que a partir de dois mil e dezessete não houve mais reposição salarial e nem diálogo sobre o tema; mencionou que esta situação é pertinente apenas ao servidores do poder executivo, enquanto servidores vinculados aos demais poderes tiveram suas reposições anuais normalmente, demonstrando assim, um tratamento prejudicial e diferenciado em relação aos demais servidores do Estado; que em neste ano o Governo propôs uma reposição de apenas cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento (5,79%) para os servidores do executivo, enquanto outros poderes receberam reposições de oito por cento (8%) a doze por cento (12%) e que dessa forma, mais uma vez o governo determinava unilateralmente a data base nesse percentual, perpetuando assim o fardo imposto de permanecer com os vencimentos corroídos pela inflação; evidenciou que no ano corrente, será muito difícil contemplar toda a defasagem existente e que se deve lançar mão de outros artifícios, assim, explanou que a revisão da carreira docente é um importante caminho, sobretudo a partir do estudo elaborado pela Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP, que demonstra que a revisão de carreira poderá trazer um ganho real de salário e que caberia no orçamento do estado, caso o governador aceite integralmente o estudo da revisão de carreiras apresentado; salientou entretanto, que até a deflagração da greve não havia qualquer resposta do governo em relação à implantação da proposta encaminhada pela APIESP, lembrando que esta fora protocolada no dia doze de abril, permanecendo sem movimentação e sem qualquer forma de sinalização, que a greve somente foi deflagrada quase um mês depois e após duas paralisações realizadas pelos docentes; que esta situação tem sido utilizada inclusive como um elemento de desinformação da categoria, amplamente propagado pelos canais de comunicação de que teria sido a

greve que paralisou o trâmite da revisão de carreira docente e que também foi utilizado como parâmetro a revisão de carreira dos agentes técnicos das universidades, que já estaria em fase final de tramitação, explicou que a revisão de carreira dos agentes das universidades tramitaria à frente da dos docentes, principalmente porque se juntou a outras revisões de carreiras técnicas do poder executivo, havendo nesse caso o interesse do governo em unificar carreiras semelhantes e possivelmente no futuro integrá-las em uma carreira única do chamado Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, interesse que não é demonstrado com a carreira docente, podendo se perceber em comparação com outras carreiras; destacou que desde dois mil e vinte e um o governo vem promovendo reformas, deixando evidente a atitude do governo, que não tem nenhuma prioridade com as demandas e as necessidades docentes; alegou que a greve atual, não seria por novos direitos e sim pela manutenção e recuperação de direitos, uma vez que muitos já foram perdidos; agradeceu a oportunidade do pronunciamento e fez um apelo em relação ao pedido de suspensão do calendário já protocolado e cuja apreciação demandaria a convocação extraordinária do Conselho Universitário, lembrando que, quando se fala em suspensão de calendário, muitos interesses estariam em jogo, como, os estudantes que almejam sua formatura, professores que não gostariam de suspender ou interromper suas pesquisas, aulas e seus projetos, ressaltou que não havia uma solução possível em busca da superação dessa dificuldade que não demandasse uma ação coletiva. Retomando a palavra o Presidente agradeceu a presença dos representantes da SINDUEPG e apontou que a greve em questão seria histórica em alguns pontos, destacando o diálogo entre administração e sindicato, criando caminhos possíveis para o sucesso das carreiras técnicas e docente, assim como os esforços coletivos para viabilizar pautas históricas, citando que o objetivo seria o mesmo, diferindo porém na maneira de atuação de cada instância; anunciou que conseguira marcar reunião com o Secretário da Secretaria de

Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, professor Aldo Nelson Bona e o governador na presente data e que este se comprometeu em abrir conversa sobre toda a situação e mencionou que viagens recentes do governador teriam dificultado a conversa; esclareceu que a proposta da revisão da carreira dos técnicos avançou, uma vez que possuía uma certa equivalência com a categoria da Secretaria de Estado da Saúde - SESA e da categoria geral do estado, desta forma, não havia muito a se discutir, porque estava dentro de um arcabouço comum e quanto a carreira dos docentes havia uma certa resistência dentro da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, mas que foi vencida e que no último dia dezenove o processo avançou, salientando que não estaria totalmente parado; manifestou que havia uma possibilidade concreta da implantação desta nova carreira, inclusive, corrigindo questões históricas como a valorização da titulação e a melhoria do valor do salário de entrada dos professores na Universidade; enfatizou que esta não substituiria a data base, sendo assuntos distintos; que buscará uma manifestação formal por parte do governo e que será analisado o pedido de suspensão de calendário, reforçando que o Conselho está aberto a todas as ideias, propostas e reivindicações. Passou ao segundo item da pauta, esclarecendo tratar-se de convite da mesa aos representantes do ensino público e do ensino privado do município, tendo em vista alteração na data do calendário das provas do Processo Seletivo Seriado - PSS 2023, explicou que, a organização das datas dos calendários tanto do PSS como do Vestibular, seriam definidas em comum acordo com os coordenadores das comissões de processo seletivo das universidades estaduais, para não haver sobreposição de datas e não prejudicar a ampla concorrência; relatou que a UEPG já havia informado a data, porém a Universidade Estadual de Londrina - UEL em reunião do Conselho definiu a data do seu Vestibular no mesmo dia do PSS da UEPG, dessa forma, a UEPG alterou a data antecipando para o início do mês de outubro, o que gerou algumas inquietações; expôs que, o convite para o Núcleo

Regional de Educação - NRE e para o Sindicato das Escolas Particulares do Paraná - SINEPE-PR Campos Gerais, foi para que se pudesse debater e sanar o problema, uma vez que, o compromisso da UEPG é estar aberta para todas as representações. Em seguida, cedeu palavra ao Diretor-Presidente do SINEPE-PR Campos Gerais professor Osni Mongruel Júnior, que manifestou primeiramente que o PSS tem atendido a comunidade pontagrossense há anos e que historicamente alunos de escolas públicas como particulares participam do processo; que as escolas de educação básica tem o compromisso de bem formar seus alunos e de vencer os conteúdos, que são bastante amplos, sendo previstos em lei federal; expôs que o ponto principal desta manifestação seria a respeito da alteração da data do PSS, discorrendo que as escolas trabalhariam normalmente do final do mês de janeiro ou início do mês de fevereiro, até o final do mês de novembro ou início do mês de dezembro a fim de cumprir os duzentos (200) dias letivos; ressaltou que, obviamente existira uma variação nos calendários entre as escolas particulares e que o NRE também definiria junto às suas escolas o calendário e afirmou que o período ideal para que o PSS ocorra seria no início do mês de dezembro, ressaltando que o calendário escolar normalmente se encerra na primeira quinzena de dezembro, com a conclusão do trabalho de formação dos alunos; destacou, que seriam relativamente poucos alunos que participam de outros vestibulares no estado e fora do estado e que em conversa com a Chefe do NRE professora Luciana Aquiles Sleutjes, a data ideal para o PSS seria no dia onze de dezembro, considerando as datas dos outros concursos e feriados; lembrou que no corrente ano, a UEPG havia divulgado inicialmente a data do dia vinte e nove de outubro para a realização das provas do PSS e que posteriormente a data foi alterada para o dia primeiro de outubro, ressaltando que seriam quatro semanas de antecedência e que nesta data a maioria das escolas ainda não concluiu o terceiro bimestre, levando em consideração ainda os feriados e eventos no mês de setembro; argumentou que a programação para o dia primeiro de

outubro seria bastante difícil aos alunos da educação básica, bem como aos professores; que a data de vinte e nove de outubro, não seria a data ideal mas, seria menos prejudicial; relatou que, em levantamento junto as escolas particulares que possuem o ensino médio, entre noventa por cento (90%) e noventa e cinco por cento (95%) dos alunos participam do PSS, dessa forma, a alteração no calendário impactaria sobremaneira nos alunos; quanto aos alunos das escolas públicas, salientou que a grande maioria também participaria do PSS e Vestibular da UEPG que são os dois processos mais importantes para as escolas de educação básica do município e da região. O Presidente retomando a palavra, agradeceu a participação e relembrou que a alteração de data ocorreu porque a UEL não cumpriu o combinado e quando questionou a Reitora, obteve a resposta de que o Conselho daquela instituição definiu e aprovou em reunião de Conselho a data antes da UEPG, portanto a data seria deles, criando assim uma situação muito delicada; assumiu compromisso de que as próximas datas para PSS e Vestibular logo seriam definidas e propôs a criação de uma comissão, com a participação das escolas particulares e públicas, com a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS e a Coordenadoria de Comunicação Social - Ccom, a fim de definir a próxima data e oficializá-la o quanto antes, mencionando que não ter oficializado antes fora uma falha que fragilizou a UEPG; informou também, que havia um estudo para reduzir o número de municípios para a realização das provas do PSS e Vestibular, que deverão ser aplicadas somente nos municípios de Cascavel, Curitiba, Maringá e Ponta Grossa, porém, ainda serão aplicadas as provas nos locais onde houve a primeira e segunda etapas do PSS; justificou que a maioria das regiões já possuem seus próprios processos seletivos e que não faria sentido concorrer com as mesmas; expôs ainda, que se estaria buscando uma mudança cultural dentro da Instituição, tentando desfazer a ideia de que a Universidade deveria arrecadar recursos com os processos seletivos e que a

intenção seria dar um maior acesso gratuito, inclusive com o projeto apresentado pelo Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior, cujo objetivo é a gratuidade para a inscrição em todas as licenciaturas, tanto para candidatos de escola pública como particular, a fim de incentivar a formação de professores. Seguidamente a Chefe do NRE professora Luciana Aquiles Sleutjes, fazendo uso da palavra, reforçou que, enquanto instituição pública, a data das provas do PSS seria muito importante, uma vez que ainda estariam num processo de recomposição da aprendizagem, tendo em vista a pandemia e apontou que o final do mês de setembro seria o término do segundo trimestre; destacou que, como uma universidade pública, teoricamente as possibilidades precisariam também ser dadas aos alunos das escolas públicas, argumentando que, quanto mais cedo o processo for realizado, menos oportunidade será dada, uma vez que não há tempo hábil para trabalhar de forma efetiva todo o conteúdo e considerando ainda, todas as dificuldades que a escola pública enfrenta com relação a recomposição da aprendizagem e das próprias condições dos estudantes; sugeriu que se retornasse a data anteriormente divulgada e ressaltou a importância de discutir para os próximos anos, um modo que atenda da melhor forma possível tanto as escolas públicas quanto os particulares; parabenizou a Universidade em relação a isenção para as licenciaturas, lembrando da grande dificuldade de jovens desejando ingressar nessa área, ficando evidente a falta destes profissionais, quando da necessidade de professores para assumir as aulas na rede pública, dessa forma, expôs que, a isenção poderá incentivar os jovens a procurar as licenciaturas como uma opção para cursar o ensino superior. O Senhor Presidente mencionou que, com a criação da Comissão, se evitaria futuros transtornos e explicou a participação da CCom, tendo em vista ser este um órgão que reúne o conhecimento de todos os eventos da Instituição; em seguida, agradeceu a presença dos representantes e retomou a pauta, colocando em aprovação a Ata sob número 03/2023 referente à reunião realizada no dia dez de abril de dois mil

e vinte e três, que não havendo óbice, foi aprovada por unanimidade. Em seguida procedeu a chamada dos Processos inseridos na pauta respectiva para pronunciamentos de destaque, quando houve destaque aos itens 7 pelo Conselheiro Siderlei Nascimento, itens 13, 14 e 15 pelo Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior, os demais processos foram aprovados por unanimidade. Comentou a respeito do item 12, referente a alteração de carga horária de docente, que segundo a Lei Geral das Universidades - LGU, para a Universidade seria lucro o aumento da carga horária e que no caso de redução de carga horária, a Instituição abriria mão daquela carga horária, uma vez que a contagem pela LGU é pelo número de docentes e não pela carga horária, assim, solicitou cautela aos diretores de setor com pedidos de redução de carga horária. Seguidamente passou a inclusão de pauta, quando se manifestaram os Conselheiros Adriano Gonçalves Viana que solicitou a inclusão do *Processo nº 22.000054247-1* referente pedido de afastamento integral do professor Ruben Auccaise Estrada, para cursar Estágio de Pós-Doutorado. O Presidente colocou em votação a aprovação da inclusão do processo, tendo aprovação unânime. Em seguida o Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg solicitou a inclusão do *Processo nº 23.000034423-5* referente transferência de bens para o patrimônio da UEPG adquiridos pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento, Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG. O Senhor Presidente colocou em votação a aprovação da inclusão do processo, tendo aprovação unânime. Cedeu palavra ao Conselheiro Adriano Gonçalves Viana para relato do processo. O Conselheiro supracitado expôs que o professor Ruben Auccaise Estrada, do Departamento de Física, solicita afastamento integral para cursar estágio de pós-doutorado no Departamento de Física e Biofísica da Universidade de Vármia-Masúria na Polônia, no período de primeiro de junho próximo a trinta e um de maio de dois mil e vinte e quatro; relatou que o professor havia entrado com o pedido no ano passado, com a expectativa de receber bolsa pela

Universidade da Polônia e como não se concretizou na época, o processo ficou suspenso; que o professor encontra-se inscrito no Plano Anual de Capacitação e que o processo tramitou por todas as instâncias, exceto no Setor de Ciências Exatas e Naturais - SEXATAS, o que deverá ocorrer na próxima semana para a sua homologação; informou ainda que o professor já se encontraria na Polônia, porém em licença especial. O Presidente colocou em discussão a matéria e questionou se haveria a necessidade de contratação de professor colaborador. Manifestou-se o Senhor Vice-Reitor professor Ivo Mottin Demiate, inquirindo se as readequações solicitadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP teriam sido atendidas. O Conselheiro Adriano Gonçalves Viana explicou que, não haverá necessidade de contratação, conforme manifestação do Departamento e informou que a solicitação da PROPESP fora atendida. A Conselheira Silvana Oliveira questionou se em casos semelhantes, os Setores poderiam também utilizar o *ad referendum* antes do processo ser encaminhado aos Conselhos, ou seria mais adequado submeter ao Conselho e posteriormente homologar no Colegiado Setorial. O Presidente esclareceu que o *ad referendum* poderia ser utilizado em qualquer situação, lembrando que se trata de um ato discricionário, extremamente importante e legítimo, destacando, porém, que sempre após o *ad referendum* deverá ser homologado. Em seguida colocou em votação a aprovação da matéria, sendo aprovada por unanimidade. Cedeu palavra ao Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg para relato do processo de inclusão de pauta. O Conselheiro supracitado, expôs que se tratava de uma transferência de bens adquiridos pela FAUEPG para a Escola de Línguas, Literaturas e Culturas - ESLIN; esclareceu que, quando da aquisição de algum material ou equipamento pela FAUEPG via convênio, projeto ou curso, estes deverão ser doados à Universidade, a fim de incorporar o patrimônio desta. O Presidente explanou a respeito de alterações ocorridas na Lei das Fundações, entre elas, de que essas transferências de bens comprados pelas Fundações tornou-se obrigatória, assim como,

com o término dos projetos, cursos e convênios, o saldo dos recursos financeiros deverá ser transferido à UEPG, no caso a Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos - PROAD, tornando assim a Fundação efetivamente de apoio à Universidade. Na sequência colocou em votação a aprovação da matéria, sendo aprovada por unanimidade. Cedeu palavra ao Conselheiro Siderlei Nascimento para manifestação quanto ao destaque do item 7. Fazendo uso da palavra o Conselheiro solicitou esclarecimentos referente a questão da contrapartida, do Comando Militar do Sul, no aspecto técnico-científico, apontando a falta de uma justificativa clara no processo. O Senhor Presidente fez um breve relato sobre o projeto, explicando que houve a visita do Comando Militar do Sul nas instalações de pesquisa da UEPG, principalmente no Complexo de Laboratórios Multiusuários - C-LABMU que trabalha com áreas que podem ser utilizadas para desenvolvimento de pesquisa com equipamentos de guerra e que se trataria de acordo de cooperação mútua sem envolvimento financeiro, que seria apenas o interesse acadêmico, utilizando a *expertise* da Universidade. O Conselheiro Giovani Marino Favero fez um breve resumo do projeto, expondo que não haveria nenhum ônus para a UEPG, ficando acordado que seria um projeto guarda-chuva, com demandas vindas apenas do exército e que pesquisa ocorreria somente em caso de interesse da UEPG; relatou que um dos projetos seria a análise do desgaste interno em um canhão, sendo de interesse de pesquisadores do curso de Engenharia de Materiais e devendo o exército encaminhar uma parte desse equipamento sem custo para a UPEG, ressaltou que diversas áreas também teriam futuramente demandas, como a Geologia no curso de Geografia e a área de Ciências Sociais Aplicadas, mencionando que o exército possuía uma escola no Rio de Janeiro ligada àquela área. Não havendo mais manifestação, o Senhor Presidente colocou em votação a aprovação da matéria, sendo aprovada por unanimidade. Passou a palavra ao Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior para relato dos itens 13, 14 e 15 da pauta. Assumindo a palavra o Conselheiro iniciou relato do

PROCESSO Nº 23.000012243-7 informando que o processo se tratava da isenção da taxa de inscrição do Vestibular e do PSS para alunos que buscam as licenciaturas, lembrando que o desencanto pela profissão de Professor é um problema bastante antigo do sistema educacional, tanto brasileiro, como mundial e que se potencializou na pandemia; destacou que, segundo dados, há uma diminuição da busca pela universidade como um todo e mais especificamente pelas licenciaturas, assim, esta proposição seria uma primeira ação, mencionando projeto mais amplo denominado Vagas Ociosas Zero - VOZ; referente a este primeiro projeto, expôs que o objetivo seria captar alunos para dentro da Universidade e posteriormente estudar, além do trabalho que já vem sendo desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, a permanência destes; que o projeto era administrativamente possível, porém ainda teria que se discutir os aspectos pedagógicos; informou que, seria uma política proposta inicialmente para cinco anos, devendo ser revista anualmente, tendo como principal intuito, o aumento na procura pelas licenciaturas, ou seja, os cursos deverão obter o número de inscritos igual ou superior ao número de vagas ofertadas pelo curso, tanto no Vestibular como no PSS 3; ressaltou que, caso não se consiga aumentar o número de inscritos o projeto não será encerrado, porém, os dados serão analisados por uma comissão composta por um representante da PRAE, um representante da PROGRAD e um representante da Comissão Permanente das Licenciaturas - COPELIC e o curso deverá apresentar um plano contendo as ações que serão realizadas em parceria com as diferentes instâncias institucionais para estimular a divulgação do curso junto à sociedade, ressaltando ser esta uma responsabilidade compartilhada; informou ainda, que várias ações poderão ser empregadas, buscando de maneira mais efetiva os alunos, citando o projeto, feira de profissões. O Presidente expôs que o projeto iniciaria com as licenciaturas, justificando que o compromisso inicial seria com a formação e o aumento do número de professores, mesmo com a renúncia de algumas taxas de inscrição,

ressaltando que isto faria parte da política de inclusão; pontuou que o projeto fora bem aceito pelo Secretário Estadual de Educação, relatando que no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, cerca de setenta por cento (70%) dos professores do Brasil, tem formação pelo Ensino a Distância - EaD particular, sendo que a maioria destes atua nas escolas públicas, enquanto que os professores formados pelas universidades públicas seguem para as escolas particulares; solicitou que os bacharelados aguardassem, enquanto se realizado este teste inicial com as licenciaturas, deixando claro a escolha pelas licenciaturas como ponto de partida foi simbólico, tendo em vista o compromisso da universidade pública que forma professores. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg destacou a importância de estabelecer esta política de valorização e dimensioná-la, informando que a Universidade destina cerca de dez por cento (10%) da receita do vestibular para essa política, representando uma renúncia de aproximadamente cento e quarenta e um mil reais (R$ 141.000,00) neste primeiro momento, lembrando que esses recursos não são orçamentários e precisam ser gerados pela Instituição; que a implementação dessa política requer uma adaptação ao longo do tempo, sendo que seu sucesso vai determinar a extensão do investimento no futuro. Retomando a palavra o Presidente considerou a matéria suficientemente discutida e salientou a importância do estimulo às licenciaturas e relatou negociação com o representante da Câmara Federal para as bolsas permanência, específicas para as licenciaturas, de tal forma que todos os alunos das licenciaturas tenham bolsas, visando assim, estimular a permanência destes na Universidade. Em seguida encaminhou o processo para votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Cedeu palavra ao Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior para relato do item 14 da pauta, que lembrou que a gestão atual da Universidade tem priorizado o diálogo com a comunidade, incluindo as escolas públicas e particulares, visando atender às demandas dos alunos; resumiu que houve a publicação de um edital provisório, onde a

data provável para o PSS seria o dia vinte e nove de outubro, coincidindo com a data do vestibular da UEL, entretanto, houve a manifestação por parte de alunos, junto à CPS e à reitoria, do desejo de participar dos processos seletivos em Londrina e Ponta Grossa, assim, a data tiraria esta possibilidade dos aluno; desta forma, a Universidade buscou alternativas, levando em consideração o calendário coletivo do estado e outros grandes processos seletivos, para que não houvesse sobreposição de datas, destacou que não seria viável postergar para o mês de dezembro devido atividades internas e externas, assim, a decisão inicial foi antecipar a data para o dia primeiro de outubro, o que também gerou alegações de prejuízo; ressaltou que tanto a data de primeiro de outubro quanto a de vinte e nove de outubro apresentam desvantagens, como, a impossibilidade de concluir todo o conteúdo programático, ou, os alunos teriam que optar pela participação em um dos processos; finalizando, enfatizou que a alteração de data se refere apenas ao PSS e não do Vestibular e indicou voto para o retorno da data do dia vinte e nove de outubro. Retomando a palavra, o Presidente, antes de colocar a matéria em discussão questionou ao professor Marcelo Bilobrovec, que se encontrava presente na qualidade de representante da CPS, se haveria alguma diferença quanto as datas em questão do ponto de vista técnico. Fazendo uso da palavra o professor Marcelo Bilobrovec expôs que, seria indiferente, sendo possível realizar o processo seletivo em qualquer uma das datas, porém, ressaltou que no dia primeiro de outubro, ficaria um pouco mais difícil, tendo em vista que as inscrições terminam no final do mês de setembro, havendo pouco tempo para organizar o ensalamento, mas, que não seria impossível. Em seguida, o Presidente cedeu palavra a Conselheira Silvana Oliveira que manifestou estranhamento da presença do sindicato das escolas particulares do município e que de alguma forma em sua fala, tentar influenciar a definição de uma mudança de calendário previamente pensado pela CPS; salientou que, o grande desafio e prioridade deste ano em particular seria trazer mais alunos das escolas públicas para a

Instituição, considerando a nova política de cotas aprovada. Argumentou que a UEPG precisaria ter um acesso mais direto as escolas públicas, de modo a ouvi-las, inclusive onde há atuação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, que vem atuando desde o ano passado com a nova implementação de bolsas e igualmente as escolas nas quais o residência pedagógica também está presente, ressaltando que, também com a nova implementação de bolsas, vem aumentando os estágios nas escolas públicas, lembrando que raramente as escolas particulares recebem os estudantes para estágio das licenciaturas; expôs que, a perspectiva de avaliação da formação de um estudante que esteja finalizando o ensino médio, seria global, não passando pelo conteúdo que vai ser ministrado em um ou dois meses de aula, porque as provas do PSS e do Vestibular da UEPG, no seu ponto de vista, há muito tempo tem conseguido superar a perspectiva conteudista, ressaltando que não será o conteúdo do mês de outubro que irá definir o bom desempenho dos alunos; finalizando defendeu seu posicionamento pela manutenção da data proposta institucionalmente com razões administrativas, devendo esta ter a sua validade e ser sustentada pelo Conselho. O Presidente esclareceu que encaminhou convite ao NRE e ao SINEPE-PR Campos Gerais, tendo em vista a demanda de alunos que chegou na CPS com a solicitação da alteração da data do PSS para que não houvesse coincidência na data das provas da UEL, assim, convidou-os para que participassem deste Conselho com relação as datas e que este deve tomar a decisão, salientando que as duas datas seriam viáveis do ponto de vista técnico; com relação à representação nas discussões, expôs que não haveria problema, porém, teria que se encontrar uma maneira de trazer uma representação maior e direta das escolas públicas, que talvez o NRE discutisse com as escolas e trouxesse a decisão destas e não do Núcleo; lembrou que antes da reforma das políticas de cotas, o PSS era acessado majoritariamente pelas escolas particulares, destacando a importância da universidade pública para as escolas públicas; mencionou que se

poderia também repensar todo o processo de ingresso na universidade e citou como exemplo, uma universidade em Goiás que adotou sistema de análise de currículo em vez de vestibular e dobrou o número de alunos. Concluiu enfatizando que a intenção seria ampliar o debate sobre a data do PSS sem privilegiar nenhum dos lados. A Conselheira Rosangela Maria Silva Petuba em face do argumento de que não haveria um problema administrativo quanto as datas, que a partir do próximo ano as provas serão realizadas em apenas quatro municípios e que os processos seletivos da UEPG estariam cada vez mais voltados para Ponta Grossa e região, ressaltou que não veria motivos para a alteração da data, em detrimento de alguns poucos alunos que teriam intenção de realizar as provas em dois locais distintos. Enfatizou a importância de seguir um projeto de médio e longo prazo e uma concepção mais global de universidade, ao invés de ceder ao imediatismo para atender demandas específicas, uma vez que, administrativamente a mudança de datas não teria grandes implicações. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior esclareceu que não se tratava de um interesse imediato ou de privilegiar alguém, a não ser os futuros alunos e lembrou que os conteúdos do ensino médio são apresentados e distribuídos dentro de uma temporalidade, portanto, a ideia seria tentar postergar o máximo possível a data, para que os alunos que realizarão o PSS estejam melhor preparados e destacou que a maior demanda dos alunos, foi para que se mantivesse a data inicialmente proposta de vinte e nove de outubro; expressou que a retomada da data inicial, seria principalmente em função de um maior tempo para preparação dos alunos e ressaltou a importância da aproximação da Universidade com a SEED, com o qual o diálogo tem sido direto e efetivo e que a presença e a fala da chefe do NRE na reunião foi muito importante, quando deixou clara sua preocupação com a data de primeiro de outubro, onde as escolas públicas ficam com todo um trimestre prejudicado pelos conteúdos, justificando com isto, a retomada da data inicial de vinte e nove de outubro. A Conselheira

Rosângela Maria Silva Petuba solicitou um esclarecimento pontual da alteração da data para o dia primeiro de outubro. O Senhor Presidente relembrou que a alteração para o dia primeiro, se deu por conta da UEL ter marcado o dia do seu vestibular para o dia vinte e nove de outubro, desrespeitando as datas previamente combinadas, uma vez que a UEPG já havia marcado e divulgado no grupo das Instituições, a data para o PSS; que a CPS, para não prejudicar os alunos que gostariam de participar dos dois processos, sugeriu o dia primeiro de outubro, inclusive após verificar um conjunto de datas, sendo o dia a única data viável, porém essa mudança criou problemas para os alunos que estão no processo de Ponta Grossa e região, uma vez que já estavam organizados para fazer a prova no dia vinte e nove; finalizando expôs que este seria o contexto desta alteração das datas, que agora solicitam o retorno para o dia vinte e nove de outubro. O Conselheiro Luis Henrique Mendonça do Prado apontou a importância da presença da chefe do NRE e destacou ser uma pessoa aberta ao diálogo; mencionou a existência e uma diretoria específica no NRE, mas não teria certeza se a mesma ainda estaria em funcionamento, onde eram realizadas rodas de conversa muito significativas, antes do final do primeiro semestre, com a participação dos grêmios estudantis de todos os colégios abrangidos pelo Núcleo; sugeriu, no caso dessa diretoria ainda estar em funcionamento, uma fala no evento a respeito do PSS; lembrou que o mês de outubro, para o processo seletivo seria ruim para as escolas públicas e cursos técnicos, tendo em vista, que ainda não encerraram a grade curricular, e estariam praticamente na metade do último trimestre, prejudicando assim, os alunos; expôs ainda, que a escola pública não prepara o aluno para ingressar no ensino superior, mas sim, no mercado de trabalho e que as escolas particulares oferecem cursinhos preparatórios, enquanto as escolas públicas não teriam essa opção; finalizando, proferiu que discordaria do posicionamento do presidente do SINEPE Campos Gerais, quando este mencionou que a procura por processos seletivos de outros locais seria pequena e

que achou estranho o posicionamento da UEL, em aprovar a data no momento em que acabaram de suspender o calendário por conta da greve. O Senhor Presidente relatou que em conversa com o Secretário de Estado da Educação Roni Miranda Vieira, esse ofereceu total apoio na divulgação dos processos seletivos, para o ingresso de alunos da escola pública na UEPG, inclusive lançando desafio para aumentar o percentual da cota de escola pública na UEPG, destacando que existe uma discussão muito grande sobre a inclusão da escola pública na Universidade em todos os cursos. Em seguida o Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate expressou que tendo em vista as demandas do PSS e Vestibular, o cenário ideal, seria concluir primeiramente o ano letivo no mês de dezembro e posteriormente realizar os processos seletivos, reconhecendo porém, que isso não seria possível devido às dificuldades enfrentadas no calendário, com muitos eventos que ocorrem em todo o segundo semestre, principalmente nos últimos meses; expôs que as escolas privadas teriam realmente mais recursos para fornecer serviços a fim de prover essas situações, enquanto as escolas públicas enfrentam limitações e tentam implementar algumas ações, como cursinhos sociais, numa forma de mitigar essa questão; comentou ainda, sobre a data previamente definida para o PSS e que foi alterada, visto a UEL marcar na mesma data o seu Vestibular, criando uma situação constrangedora; esclareceu que, embora no processo não estivesse claro referente a data do dia vinte e nove de outubro, esta teria sido a data inicialmente divulgada. A Conselheira Silvana Oliveira mencionou que após todos os esclarecimentos para a mudança de data, se sentia convencida por esta alteração, desde que, a CPS e este Conselho entendessem da mesma forma; ressaltou novamente a importância de sempre contar com a presença dos representantes das escolas estaduais do modo mais direto possível, uma vez que há um contato efetivo direto com coordenadores PIBID, bem como, com coordenadores e professores supervisores de residência pedagógica que estão nas escolas. O Conselheiro Gilmar Batista Mazurek fazendo uso da palavra, explanou

que talvez se devesse pensar como um sistema de Instituições de Ensino Superior - IES, sendo mais prudente deixar a data do PSS no dia primeiro de outubro, uma vez que as IES precisam aproveitar as vagas e oportunidades do PSS da UEPG, sendo a principal fonte de entrada dos alunos locais e a oportunidade de entrada em outras universidades também ficaria privada, dessa forma sugeriu manter a data. O Presidente lembrou que sempre abrira mão para decisões sobre o que achava correto ou não, mas que neste caso a UEPG deveria ficar com a data original, por uma questão de autonomia, uma vez que não foi a UEPG que criou o problema, mencionando que de algum modo haverá perdas. A Conselheira Ana Claudia Barana ponderou que numa rápida análise, se verificaria que a maioria dos alunos da UEPG seria da região, dessa forma, se deveria tentar favorecer alunos da região, assim, concordaria com o retorno da data do dia vinte e nove de outubro. Retomando a palavra e não havendo mais manifestação, o Presidente encaminhou para votação a matéria, quando o Conselheiro Gilmar Batista Mazurek retirou a sugestão do dia primeiro de outubro, ficando assim aprovado por unanimidade a data do dia vinte e nove de outubro para a realização do PSS. Passou ao próximo processo de destaque item 15 da pauta, quando o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior solicitou a retirada de pauta do processo nº 23.000030458-6 justificando que se tratavam das datas do PSS e Vestibular para o ano de 2024 e considerando a criação da comissão para análise e definição destas datas. O Presidente sugeriu para compor a referida comissão, os diretores das escolas com projetos que recebem os alunos da UEPG. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior esclareceu que em todas as decisões, sempre há um diálogo com a COPELIC, onde também se encontram os representantes dos estágios. O Presidente colocou em votação a retirada de pauta, sendo aprovada por unanimidade. Esgotada a pauta regulamentar, a Presidência deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso, com inscrições de fala aos Conselheiros. Manifestou-se a Conselheira Rosângela Maria

Silva Petuba, sugerindo que na divulgação da nova data do PSS ficasse claro que a alteração teria sido em função de análise interna deste Conselho, mencionando inclusive a fala do Conselheiro Luis Henrique Mendonça do Prado e a demanda dos estudantes das escolas públicas; em seguida, a respeito da greve dos docentes apresentou algumas questões que vinham afligindo o comando de greve, esclarecendo primeiramente a posição pública assumida pela direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - SECIHLA, relou que, estando junto ao comando de greve, oficiaram, inclusive os diretores de setor, para que estes encaminhassem aos seus pares, para que primassem pelo respeito à Portaria referente às aulas remotas, informando que esta greve criou o "fura greve de atividades remotas", onde alguns professores enviam materiais e atividades online, desrespeitando a greve e a portaria interna da UEPG; continuando, expôs que a segunda questão seria a respeito da controvérsia sobre a legitimidade da SINDUEPG, apontando que esta possui a carta sindical emitida pelo Ministério do Trabalho no ano de dois mil e nove, dessa forma a SINDUEPG representa a categoria docente das IES do Paraná, mencionando que muitos docentes contrários a greve, que também fariam parte do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa - SINTESPO, acabam realizando um desserviço com a informação de que a SINDUEPG não teria legitimidade para convocar a greve; informou ainda, que no dia trinta de maio ocorreu encontro em Curitiba com representantes de todas as universidades, com atividades importantes planejadas, como a negociação com outros sindicatos, numa tentativa de negociação para o caso de uma interrupção da greve e também a visita aos escritórios dos deputados, buscando apoio destes, ressaltando que havia uma sensibilidade na base governista de que a reivindicação dos docentes seria muito justa; finalizando expôs que a greve dos docentes é considerada legítima, sendo uma decisão das sete universidades estaduais e que a postura adotada na SINDUEPG é de diálogo, promovendo discussões, inclusive

chamando os professores temporários nos debates; salientou o cuidado tomado pelo comando de greve, respeitando as instâncias da gestão universitária, os Conselhos, as Pró-Reitorias e ressaltou que a postura da gestão vinha nesse mesmo sentido, primando pelo respeito e pelo diálogo e que gostaria que continuasse desta forma; solicitou atenção especial por parte da reitoria, para que não houvesse uma contra informação, o que prejudica o debate político democrático e transparente e que infelizmente tem acontecido. Retomando a palavra, o Presidente quanto a questão das atividades remotas, relatou que, em reunião com o comando de greve se prontificou a pedir um parecer jurídico, sendo que foram unânimes, quando solicitaram para aguardar os encaminhamentos; expressou que havia uma preocupação da reitoria, uma vez que, o reitor e o vice-reitor são responsabilizados pessoalmente sobre as ações institucionais, por isso, sempre buscara dar os melhores encaminhamentos, com muito cuidado, sempre preservando o nome da Instituição; com relação aos sindicatos mencionados, expôs que não se deveria apontar culpados e que o SINTESPO teria uma perspectiva de carreira que os atende e que seria compreensível o temor de perder esta oportunidade, que não veria uma má vontade do SINTESPO em relação aos planos de carreira dos docentes, que seria apenas um desejo de garantia do que está proposto, exemplificou o aumento significativo no início de carreira de um técnico de nível superior, quando este passará de três mil e quinhentos reais (R$ 3.500,00) para sete mil reais (R$ 7.000,00), lembrando a dificuldade de contratação de profissionais como engenheiros eletricistas, engenheiro civil, nutricionista ou médico do trabalho, tanto em concurso como em testes seletivos, uma vez que os salários não são atrativos; destacou que a SINDUEPG seria o representante legal dos docentes; expressou indignação de uma carta do SINDUNESPAR aberta à reitora da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, com afirmações de que a mesma seria conivente e estaria a serviço do governo, com isso atingindo a todos os demais reitores e lembrou que a mesma seria oriunda do movimento sindical. O

Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate mencionou num breve relato a situação das IES, com relação a greve e o relacionamento de forma cordial entre a reitoria e a SINDUEPG, porém, alguns problemas com outros sindicatos, estariam gerando certo desconforto e afetando o andamento das ações de articulação do plano de carreira dos docentes; expressou preocupação que alguma atitude precipitada possa impedir a retomada das negociações com o governo; destacou que havia expectativa de sinalização no decorrer da semana e que a reitoria está empenhada em manter diálogo aberto e civilizado. A Coordenadora da CCom Luciane Pereira da Silva Navarro parabenizou o Conselho pela decisão de manter a data inicial, privilegiando assim os alunos de Ponta Grossa e região das escolas públicas; em seguida, apresentou uma nova aba no site da UEPG, que tem como objetivo dar maior visibilidade e facilidade de acesso aos cursos de graduação, apresentando informações básicas sobre cada curso, bem como notícias relacionadas a cada um deles; informou também, que foi criado um QR Code para cada curso, facilitando assim o acesso e divulgação; solicitou aos Conselheiros para que compartilhassem a informação junto a seus pares para que estes verifiquem os respectivos cursos e apontem o que pode ser melhorado. O Senhor Presidente elogiou o trabalho que vem sendo realizado pelas Pró-Reitorias e pelos Cursos, destacando a importância da comunicação para o sucesso das atividades; parabenizou a CCom com sua equipe pela competência em divulgar todas as realizações da UEPG; relembrou que durante a campanha da reitoria a CCom foi desqualificada, por seus servidores não serem concursados, o que considerou uma agressão muito grande e ressaltou a importância do trabalho dos não concursados nas diferentes áreas, parabenizando a equipe por seu entusiasmo em promover os cursos e atividades da UEPG. A Coordenadora da CCom Luciane Pereira da Silva Navarro mencionou ainda, o auxílio em eventos citando vídeo do Programa de Interação das Engenharias e Zootecnia com o Ensino Médio - PROENZEM do Setor de Engenharias,

Ciências Agrárias e de Tecnologia - SECATE e que em breve os demais setores deverão ser contatados para a realização de trabalho similar. A Conselheira Ana Claudia Barana relatou o excelente trabalho realizado pela CCom na feira de profissões no Colégio Marista, com um estande muito bonito da UEPG, que chamou bastante a atenção dos alunos; ressaltou a importância do investimento para o evento, bem como a comunicação da forma que é realizada, ágil e moderna, a fim de mostrar a Universidade. O Presidente agradeceu ao Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg que envidou esforços na compra de material para ser utilizado na feira das profissões sob organização da PROGRAD e que também deverá ser utilizado na apresentação da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC em Curitiba no mês de julho; ressaltou a importância de não se sentir inferior diante das situações e de não deixar de ousar, mencionando as políticas de permanência e ingresso ampliadas; agradeceu também o Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate e a todos os envolvidos, no evento Transforma Agro Paraná, organizado pela Prefeitura Municipal. Em seguida, o Conselheiro Luis Henrique Mendonça do Prado expressou alegria pela aprovação da isenção da taxa de inscrição das licenciaturas para os processos seletivos, mostrando mais uma vez que a UEPG está na vanguarda das universidades, criando políticas públicas para ingressantes no ensino superior; informou ainda, que o Centro Acadêmico de Jornalismo promove na presente data, o Conselho de Identidades de Base na Universidade, com o objetivo de discutir diversas pautas, incluindo a reestruturação do diretório acadêmico que está inativo, além disso, será debatido como os estudantes deverão se portar em relação a greve docente e deliberar sobre uma deflagração de greve discente, bem como encaminhar documento solicitando a suspensão do calendário acadêmico, seguindo o exemplo da SINDUEPG; ressaltou que esta iniciativa é de grande importância para o movimento estudantil dentro da Universidade. Próximo a fazer uso da palavra, o Conselheiro empossado Eugênico Mauricio da Silva Neto agradeceu a

oportunidade de poder participar deste Conselho, oportunizando uma experiência positiva sobre a Universidade e compreender como as coisas realmente acontecem e a complexidade de algumas decisões; finalizou se colocando à disposição para contribuir da melhor forma possível. Seguidamente a Conselheira empossada Lislei Teresinha Preuss agradeceu igualmente a oportunidade de participar num espaço extremamente rico, agregando conhecimento e conhecer mais as instâncias administrativas da Universidade. O Presidente retomando a palavra, informou que se dirigiria a Curitiba para um encontro com o Secretário da SETI professor Aldo Nelson Bona para discutir sobre a perspectiva de aprovação dos planos de carreira dos docentes e dos técnicos; solicitou ainda, a compreensão, principalmente para os diretores dos setores, que a partir deste momento em diante a Universidade não poderá mais aceitar professores oriundos de outras universidades e que deverá baixar nos próximos dias uma norma legislando a respeito, que seria meramente organizacional; explicou que isso seria necessário porque muitas vezes um professor é transferido para um departamento que já possui excesso de professores e em contrapartida faltam professores em outros departamentos; informou que logo deverão ser abertos concursos, inicialmente não muito grandes e lembrou que toda vez que um professor é transferido, perde-se a oportunidade de fazer um concurso público para uma área que muitas vezes é crucial; esclareceu que a situação seria momentânea, até haver um equilíbrio nos cursos, que poderiam ser liberadas transferências para a mesma vaga, ou seja, com o mesmo código de vaga, expondo que o mesmo se daria com agentes universitários; expressou que em breve será realizada uma conversa com todos os professores de cada curso que tem baixa procura e buscar alternativas viáveis, como a oferta de novos cursos, remodelando alguns ou mesmo suspendendo sua oferta temporariamente até remodelá-los e principalmente aumentar o número de cursos no período noturno, ressaltando a obrigação social da universidade pública em oferecer cursos para àqueles que

trabalham; finalizando enfatizou que, embora estas mudanças possam causar desconforto, são consideradas necessárias para promover a inclusão e garantir a sobrevivência da Universidade. Não havendo nada mais a tratar, às doze horas e oito minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Ilse Renate Lauer Sanson, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos presentes. Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três.

ATA Nº 5/2023

Miguel Sanches Neto _____

Ivo Mottin Demiate _____

Adilson Luiz Chinelatto _____

Adriana Timoteo dos Santos _____

Adriano Gonçalves Viana _____

Andrea Tedesco _____

Eliane de Fátima Rauski _____

Emerson Martins Hilgemberg _____

Eugênio Mauricio da Silva Neto _____

Giovani Marino Favero _____

Ione da Silva Jovino _____

Jesiane Stefania da Silva Batista _____

Jozia Ribeiro do Nascimento _____

Júlio Cesar Miné _____

Luis Henrique Mendonça do Prado _____

Maria Salete Marcon Gomes Vaz _____

Miguel Archanjo de Freitas Junior _____

Sandra Maria Scheffer _____

Siderlei Nascimento _____

Silvana Oliveira _____

Presentes:

Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli _____

Elias Pereira _____

Luciane Pereira da Silva Navarro _____

Luiz Gustavo Barros _____

Marcos Vinicius Fidelis _____

Ilse Renate Lauer Sanson – Secretária _____